



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 24 de setembro de 2011

A CRITICA CAPA	1
A CRITICA sim & não OPINIÃO	2
A CRITICA sobe e desce OPINIÃO	3
A CRITICA SUFRAMA CIDADES	4
A CRITICA AGOSTO ECONOMIA	5
A CRITICA Carro Importado ECONOMIA	6
A CRITICA Financiamento Público..... ECONOMIA	7
A CRITICA Financiamento Público (continuação) ECONOMIA	8
AMAZONAS EM TEMPO CAPA	9
AMAZONAS EM TEMPO Operação..... ÚLTIMAS	10
AMAZONAS EM TEMPO Sérgio Frota..... PLATÉIA	11
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	12
DIÁRIO DO AMAZONAS Polícia Federal apreende bens e documentos de gestores da Suframa CIDADES	13
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO	14
DEZ MINUTOS Improbabilidade Administrativa	15

CAPA



sim & não

Tablet Positivo em Manaus é dúvida

Apesar de ter projeto aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam), a Positivo ainda não iniciou a produção do seu tablet em Manaus. Ontem, o presidente da empresa, Hélio Rotemberg, disse em um programa de rádio que a produção, iniciada em Curitiba, poderá migrar para Manaus ou Ilhéus, onde a fabricante também tem uma planta. No início da semana, Rotemberg disse que a ida da produção de tablets para Manaus depende de vantagens logísticas.

sobe e desce



Nonato Lopes

PREFEITO DE IRANDUBA

>> Está pedindo ajuda do Governo do Estado para coibir a especulação imobiliária.



Rebecca Garcia

DEPUTADA FEDERAL

>> Debate na ALE sobre a Rio+20 reuniu especialistas e parlamentares para discutir o tema.



Aldo Rebelo

DEPUTADO FEDERAL

>> Mudança no Código Florestal relatada por ele foi duramente criticada durante evento em Manaus.



Flávia Grosso

SUPERINTENDENTE DA SUFRAMA

>> Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão em sua casa.

SUFRAMA

PF cumpre cinco mandados

Justiça Federal autorizou busca e apreensão na casa da superintendente da Suframa, Flávia Grosso, e de outros dirigentes

WALTER JUNIO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A Polícia Federal cumpriu, na manhã de ontem, cinco mandados de busca e apreensão expedidos pela 3ª Vara da Justiça Federal do Amazonas, em residências de pessoas ligadas ao alto escalão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), entre elas a da própria superintendente, Flávia Grosso. A informação é de uma fonte da Polícia Federal. Conforme a agência de notícias Folha, foram apreendidos joias, dinheiro e documentos durante a operação.

A ação civil pública é movida pelo Ministério Público Federal (MPF-AM) e corre em segredo de justiça. A Justiça Federal não quis dar nenhum detalhe sobre o cumprimento dos mandados e nem informar o processo no qual os mandados estão relacionados.

De acordo com a fonte da PF, os agentes federais estiveram na casa da superintendente, bairro não divulgado, e de dirigentes do órgão.

A assessoria de imprensa da Suframa desmentiu rumores de que a Polícia Federal havia cumprido mandados na sede da superintendência, no Distrito Industrial. Não houve prisões durante a ação.

Assessoria de comunicação da Polícia Federal informou que não poderia dar mais detalhes

sobre os cumprimentos e destacou apenas que as diligências foram assinadas pelo juiz da 3ª Vara da Justiça Federal, Ricardo Sales. O órgão não quis informar se houve apreensões de documentos, computadores, entre outros objetos que pudessem servir de provas no trâmite do processo.

Já a assessoria de imprensa do MPF/AM ressaltou que não teria como se posicionar sobre os cumprimentos de mandados, já que existem vários processos em tramitação contra a Suframa. Além disso, o órgão ressaltou que não acompanha cumprimento de mandados.

Ao todo, o MPF/AM move pelo menos quatro ações civis públicas contra dirigentes e servidores da Suframa por improbidade administrativa e pela contratação excessiva de prestadores de serviços terceirizados. Em uma das ações, do mês de março deste ano, o MPF encontrou irregularidades que vão desde a elaboração do projeto básico de licitação até a execução do contrato firmado entre a Suframa e a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação tecnológica (Fucapi) para serviços de assessoramento.

À época, o MPF/AM identificou que o projeto básico foi feito por trabalhadores da Suframa que têm parentes na Fucapi. Sendo assim, a fundação não poderia ter participação na licitação, como prevê o artigo 9º da Lei no 8.666/93, que rege as licitações.



Flávia Grosso chegou a ter os bens bloqueados, no início do ano, por conta de ações civis públicas de improbidade

Saiba mais

>>Bloqueio de bens

De acordo com a agência de notícias Folha, em duas ações movidas pelo MPF/AM, a Justiça determinou o bloqueio, em março deste ano, de um veículo e de dinheiro disponível em conta corrente da superintendente e de mais quatro pessoas. A supe-

rintendente também é investigada por autorizar um contrato com o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Ciam), que, segundo o MPF/AM, é suspeito de ter superfaturado obras de recuperação de vias do Distrito Industrial. O total dos bens bloqueados somou R\$ 3,7 milhões. De acordo

com o MPF-AM, o valor do convênio nº 57/2007 era de R\$ 25 milhões, sendo que, posteriormente, foi aditivado subindo para mais de R\$ 70 milhões. Na época, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o Ciam não tinha requisitos mínimos para tocar a recuperação das vias.

Proibição de terceirizados

Na ação em que a Suframa responde pelo excesso de servidores terceirizados, o MPF/AM recomendou que a autarquia não mais contratasse profissionais nessa modalidade e que diminuísse o quadro de trabalhadores já contratados.

Os funcionários eram terceirizados da Fucapi, o que, segundo o MPF/AM, descumprimento um termo judicial firmado, em 5 de novembro de 2007, entre o Ministério Público do Trabalho e a União. O MPF/AM, na época, orientou que a Suframa tomasse todas as medidas necessárias para a realização de um novo concurso público para o provimento de cargos em substituição aos terceirizados. A equipe de reportagem tentou contato com a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, por meio do celular 9128-50XX e do 9126-83XX, mas não obteve sucesso. À agência de notícias Folha, Grosso ressaltou que não iria se manifestar sobre a operação sigilosa da Polícia Federal.

AGOSTO

Cresce a arrecadação Federal em Manaus

No mês de agosto de 2011, a arrecadação tributária federal jurisdicionada pela Delegacia da Receita Federal em Manaus - que engloba todos os tributos federais, inclusive a receita previdenciária - foi 21,20% maior que a relativa ao mesmo período de 2010 em valores nominais, sem levar a inflação em consideração. Com os efeitos da inflação, mensurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos doze meses (7,23%), o crescimento foi de 13,02%. O valor arrecadado pela Delegacia em Manaus representou, no mês, 47,18% do total arrecadado na 2ª Região Fiscal - uma pequena queda em relação à participação do mesmo mês do ano anterior, que chegou a 48,65%.

Comparando-se o acumulado de 2011 com o mesmo período do ano passado, verifica-se que a Delegacia da Receita Federal em Manaus obteve uma arrecadação 19,62% maior em valores nominais. Foram arrecadados na capital amazonense um total de R\$ 6.690.108.410 nos sete primeiros meses de 2011, contra R\$ 5.592.878.942 do mesmo período de 2010.

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) representou a maior fatia da arrecadação no oitavo mês do ano, com 29,81% (R\$ 259.490.715) do total arrecado em Manaus. Em valores nominais, a contribuição já garantiu arrecadação de R\$ 870.513.813 no ano.

Carro Importado

Justiça adia prazo para o novo IPI

BRASÍLIA (FOLHAPRESS) - Pela segunda vez, a Justiça Federal adiou, pelo prazo de 90 dias, o aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a importação de carros. Uma liminar foi obtida por uma importadora de veículos localizada em Ribeirão Preto (313 km de São Paulo). A primeira liminar nesse sentido foi concedida pela Justiça Federal no Espírito Santo e beneficiou a empresa Venko Motors do Brasil, importadora de veículos da montadora chinesa Chery. A decisão da 5ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal beneficia a empresa Zona Sul Motors, que ingressou com a ação contra a União por causa do aumento publicado no último dia 16. Cabe recurso.

O juiz federal José Márcio da Silveira e Silva, que assinou a liminar de ontem, aceitou o argumento do princípio da "anterioridade nonagesimal". O princípio, baseado na Constituição, diz que a variação de alguns impostos, como o IPI, pode vigorar somente 90 dias após a publicação de lei ou decreto que o estabelece. Na decisão, o juiz afirma que a cobrança imediata da nova alíquota do IPI é "completamente descabida" do ponto de vista jurídico.

Financiamento Público

R\$ 200 milhões para os hotéis

Sudam anunciou linha de crédito para construção, ampliação e reformas no setor hoteleiro do Amazonas e de Mato Grosso

CIMONE BARROS
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) investirá R\$ 200 milhões no Programa de Apoio à Construção de Hotéis (Pach) Mundial 2014, uma linha de financiamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) para a construção, ampliação e reforma de hotéis de médio e grande porte de Manaus (AM) e Cuiabá (MT), sedes da Copa da Fifa.

O recurso, porém, é específico para as empresas constituídas como sociedade anônima (capital aberto), excluindo os pequenos empreendimentos, as empresas limitadas (Ltda) e os restaurantes, segmentos que dirigentes do setor imaginavam que também seriam atendidos.

O presidente da Associação

Destaque

O pach é fruto de uma proposta apresentada pelo Senador Eduardo Braga, que destacou a importância de preparar a cidade para a Copa e receber o legado do evento. "Se o setor não se preparar, os turistas ficarão em transatlânticos cinco estrelas no Rio Negro e depois vão embora. Esses turistas só voltarão se a cidade recebê-los bem".

Brasileira de Indústria de Hotéis no Amazonas (ABRH-AM), Roberto Bulbol, disse, antes da apresentação do programa, que os recursos seriam uma oportunidade para todo o segmento de turismo, mas, após conhecê-lo



PACH Mundial 2014 foi apresentado no auditório da Federação das Indústrias

melhor, demonstrou certa frustração e cautela. "Teremos acesso a documentação do programa e ele tem que ser mais bem analisado. A maioria das nossas empresas é limitada, mas tem que ser pensado. De repente compensa partir para S.A", revelou Roberto Bulbol.

De acordo com a diretora presidente da Empresa Estadual de Turismo (Amazonatur), existem mais de 200 hotéis e 5 mil unidades habitacionais (apartamentos) em Manaus. "Mais seis hotéis estão em construção e ficarão prontos até 2014. São mais 300 milhões de reais em investimento e devem gerar, pelo menos, mais 500 novas empregos diretos, num setor que já gera mais de 60 mil postos de trabalho", contou.

Segundo o superintendente da Sudam, Djalma Mello, con-

forme a demanda, o valor inicial de R\$ 200 milhões pode ser ampliado. Os interessados podem entrar com a carta consulta do pré-projeto de hoje até 31 de março de 2012. Os juros serão de 7% ao ano, quando o normal da Sudam é de 9%, e o empresário só começa a pagar após um ano o hotel estar funcionando e ele terá 12 anos para quitar a dívida. Durante a construção, o empresário paga apenas os juros.

BANCOS

Os recursos serão operados pelo Banco da Amazônia e Caixa. O FDA financia 60% do valor do projeto, o banco 20% e o empresário entra com 20%. "Os pré-projetos do Pach terão 30 dias para serem aprovados e depois os empresários terão 120 dias para apresentar os projetos", disse Mello.

O presidente da Federação da Indústria do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, destacou que o programa beneficiará a hotelaria, mas também as indústrias do PIM. "É uma pena que o órgão exija que as propostas sejam exclusivamente para as empresas de sociedade anônima".

Financiamento Público (continuação)

Setor quer redução do ICMS

Alíquota de 25% no Amazonas é apontada pelos empresários locais do turismo como a maior do País

O presidente da ABIH-AM, Roberto Bulbol, aproveitou o evento para cobrar incentivo do governo do Estado para a redução da alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), hoje de 25%, um dos maiores no setor de turismo do País. O município já reduziu

a alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) de 5% para 2%. "A viabilização econômica tem de começar nos incentivos e precisamos repensar o ICMS. O nosso principal insumo é a luz e pagamos 25% de ICMS. Tem hotel que paga meio milhão de reais só com a luz", revelou.

Bulbol também solicitou maior incentivo do Estado para aquisição de bens, principalmente eletroeletrônicos, produzidos no Polo Industrial de Manaus (PIM). Hoje 64% do que o setor utiliza dentro de um apartamento é fabricado em Manaus, como televisão, ar-condi-

cionado, DVD, colchão, telefone, vidros temperados, entre outros. "Quando a hoteleira compra fora do Amazonas isso inviabiliza, porque tem frete, custos, encargos. É hora de poder movimentar e criar incentivo do Estado para a aquisição dos bens", cobrou.

Busca rápida



Sudam é apenas uma das opções

Outras instituições oferecem financiamento para o setor, com linhas especiais, como a Agência de Fomento Estado do Amazonas, Basa, Caixa, Banco do Brasil, Bradesco. A Afeam disponibilizou R\$ 51 milhões no governo Braga.

FRUSTRAÇÃO

A presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Amazonas (Abrasel-AM), Janete Fernandes, saiu frustrada do da apresentação do Pach. Segundo ela, o convite não deixou claro que o recurso era apenas para hotelaria. "A Sudam não tem projeto nenhum para bares e restaurantes e nós representamos 60% da área de turismo".

Segundo ela, outros Instituições oferecem financiamento, mas os juros são mais altos e o prazo de carência menor: de 6 a 12 meses após o empréstimo.

Manaus, sábado, 24 de setembro de 2011.

CAPA

Suframa é alvo de operação da Polícia Federal Últimas A7

Operação

Polícia Federal investiga Suframa

Manaus (Folhapress)

A Polícia Federal (PF) do Amazonas informou, ontem, que realizou uma operação de busca e apreensão de documentos na casa da superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso, e de mais cinco funcionários da autarquia federal.

Grosso responde a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal por suspeitas de improbidade administrativa. Em março, teve os bens bloqueados pela Justiça em outra acusação. Não houve prisões.

A superintendente nega as irregularidades. Ontem, a Suframa informou que Grosso não iria comentar a operação da PF.

Sérgio Frota

Games

O ministro Aloísio Mercadante, da Ciência e Tecnologia revelou no Senado que um grande fabricante de games se instalará no Polo Industrial de Manaus. Sem fornecer detalhes, salientou que uma fábrica de games contrata cinco vezes mais trabalhadores do que uma de hardware, por se tratar de produto acabado. Atualmente, a fabricação de games gera faturamento anual de R\$ 26,4 milhões no PIM. Em 2010, a produção foi de 256,8 mil unidades e, este ano, deve crescer mais de 20%.

Insumos

Por falta de insumos, algumas indústrias do Polo Industrial de Manaus enfrentam problemas para manter as linhas funcionando. Tudo por causa da demora na liberação de mercadorias no porto Superterminas. Há quinze dias a Panasonic, por exemplo, paralisou a produção por falta de componentes. A situação tende a se agravar por que tudo indica que a demanda aumentará para atender às encomendas de fim de ano da cadeia varejista.

CAPA

Polícia Federal cumpre mandados judiciais contra cúpula da Suframa

Assessoria da Polícia Federal (PF) confirmou o cumprimento de mandados de busca e apreensão e a Folha Online divulgou que um deles foi na residência da superintendente Flávia Grosso. **CIDADES PÁG 14**

Polícia Federal apreende bens e documentos de gestores da Suframa

TEXTO Pabiola Pascarelli
FOTO Divulgação

MANAUS

A Polícia Federal (PF) no Amazonas, cumpriu, ontem, mandados da Justiça Federal de intimação, com busca e apreensão na casa de dirigentes e funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF/AM). A informação é da assessoria de comunicação da PF.

Segundo informações da Folha Online, um dos mandados foi cumprido na casa da superintendente da Suframa, Flávia Grosso, onde foram apreendidos documentos, joias e dinheiro.

A PF informou, ainda, que os mandados de busca e apreensão foram expedidos pelo juiz da 3ª Vara Federal, Ricardo Carlos Sales.

O DIÁRIO apurou que os policiais federais estiveram em cinco lugares da cidade, e que um dos mandados foi cumprido em uma casa no conjunto Atilio Andreazza, no Japiim, zona sul, de onde foram levados documentos, um computador e joias.

No site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

consta o cumprimento de intimação, às 16h de ontem, expedida pela juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, em processo de improbidade administrativa nº 0001682-42.2011.4.01.3200 contra a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, e outros cinco funcionários da autarquia, incluindo o superintendente adjunto Plínio Ivan Pessoa da Silva, o procurador Fernando Nunes da

AÇÃO
Os atos de enriquecimento ilícito foram verificados em contratos da Fucapi



Funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) respondem a processo de improbidade administrativa movido pela Justiça Federal

OS NÚMEROS

6

Pessoas, entre elas a superintendente da Suframa, Flávia Grosso e superintendente adjunto Plínio Ivan Pessoa da Silva foram alvos da operação da Polícia Federal na tarde de ontem em Manaus.

Frota, além de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Margari da Maria Queiroz Melo Fernandes e Eduardo Bonates Lima.

Processo sigiloso

A Justiça Federal informou, por meio da assessoria de comunicação, que não pode fornecer informações porque o processo é sigiloso. A assessoria de comunicação da Suframa afirmou des-

conhecer o cumprimento dos mandados.

Em março deste ano, a superintendente da autarquia federal que administra a política de incentivos fiscais da Região teve os bens bloqueados pela Justiça em outra acusação. Na ocasião, a superintendente negou as acusações do MPF.

Fucapi

Naquele mês, o Ministério Público ingressou com uma ação civil pública contra Flávia Grosso e funcionários da Suframa e da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) por suspeita de enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário. Os atos de improbidade foram identificados na licitação e contratação da Fucapi para prestar serviços técnicos especializados em assessoramento nas diversas áreas de atuação da Suframa. Em nota, à época, a autarquia federal informou que o MPF emitiu parecer favorável à licitação que selecionou a fundação.

A reportagem tentou contato, ontem, por telefone, com a superintendente Flávia Grosso, mas as ligações não foram atendidas.

Claro & Escuro

REAÇÃO

Joias e dinheiro

Um amigo de infância da superintendente da Suframa, Flávia Grosso, achou esquisita a apreensão de joias na casa dela pela Polícia Federal. "A Flávia tem joias desde que era muito nova", disse. De acordo com a Folha de S. Paulo, a PF apreendeu dinheiro e joias.

Manaus, sábado, 24 de setembro de 2011.

Improbabilidade Administrativa

Ação movida pelo Ministério Público Federal resultou em operação na tarde de ontem

Suframa na mira de investigação federal

FABÍOLA PASCARELLI

contato@d24am.com

Chico Batata 29/09/08

A Polícia Federal (PF) no Amazonas, em ação conjunta com o Ministério Público Federal (MPF) e a Justiça Federal, cumpriu, ontem, mandados de busca e apreensão na casa de funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

As informações são da PF, que não divulgou a quantidade de documentos nem os locais onde ocorreram as diligências. O DEZ Minutos apurou que os policiais federais estiveram em cinco lugares da cidade, e que um dos mandados foi cumprido em uma casa no conjunto Atílio Andreazza, no Japiim, zona sul, de onde foram levados documentos, um computador e joias.



Sigilo PF não entrou em detalhes sobre os mandados de busca

No site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região consta o cumprimento de intimação, às 16h de ontem, expedida pela juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, em processo de improbidade administrativa nº 0001682-42.2011.4.01.3200 contra a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, e outros cinco funcionários da autarquia: Plínio Ivan Pessoa da Silva, Fernando Nunes da Frota, Jorge

Ulisses Jacoby Fernandes, Margarida Maria Queiroz Melo Fernandes e Eduardo Bonates Lima.

A Justiça Federal informou que não pode fornecer informações porque o processo é sigiloso. A assessoria de comunicação da Suframa afirmou desconhecer o cumprimento dos mandados. A reportagem tentou contato, por telefone, com a superintendente Flávia Grosso, mas não teve sucesso.